

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.152 - AM (2019/0355380-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : RAMIREZ RODRIGUES DE MELO (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Ramirez Rodrigues de Melo** contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Amazonas, que, nos autos do HC n. 4003810-63.2019.8.04.0000, denegou a ordem pleiteada, mantendo-o preso preventivamente pela suposta prática de conduta de tentativa de roubo qualificado.

O recorrente alega, em síntese, que, na ausência de justificativas para manter a prisão preventiva, o Desembargador Relator utilizou da gravidade em abstrato do delito de roubo majorado supostamente cometido, valendo-se de fundamento utilizável a justificar a prisão em qualquer caso de roubo.

Sustenta que o fato de responder a outras ações penais não pode servir de amparo a justificar a reiteração delitiva. Não há demonstração desse risco de forma objetiva. Argumenta que o perigo gerado pela liberdade do réu deve ser real, amparado por um suporte fático e probatório suficiente para legitimar tão gravosa medida.

Afirma que não consta dos autos fato ou prova de que o réu se apresente como perigo iminente para a sociedade. A gravidade do delito, nos moldes expostos, demonstra uma fundamentação pautada em juízo atinente ao próprio mérito da ação penal.

Salienta que a necessidade de garantir a ordem econômica não se aplica ao caso em espécie, não se tratando de delito de natureza econômica. Também não há comprovação de que a liberdade ensejará perigo à instrução penal ou à vítima, tampouco de que pretende se evadir.

Destaca que as medidas cautelares diversas da prisão são suficientes e adequadas ao caso concreto, tendo em vista a primariedade do recorrente.

# Superior Tribunal de Justiça

Aduz estarem presentes os requisitos para a concessão da liminar, motivo pelo qual pede a expedição de alvará de soltura. No mérito, requer a confirmação da liminar e a concessão da ordem em definitivo (fls. 77/91).

É o relatório.

O deferimento de liminar em recurso ordinário é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo não assistir razão ao recorrente, porquanto não verifico, de plano, a caracterização do *fumus boni iuris*.

Provocado na via do *habeas corpus*, o Tribunal local manteve a prisão preventiva pelos seguintes fundamentos (fls. 60/61):

Analisando os fólios processuais, observo que o depoimento dos policiais militares, que atuaram no flagrante do Acusado; a declaração da Vítima; bem como, a própria declaração do Réu que, apesar de alegar que não tinha conhecimento do roubo, relatou a dinâmica dos fatos, revelam que o Paciente, em companhia de mais três indivíduos, tentou roubar o táxi da Vítima, Wilson Araújo Maciel, ameaçando-o com uma faca. Porém, o Ofendido conseguiu sair do veículo e pedir ajuda de populares, que conseguiram deter o Réu, enquanto os demais empreenderam fuga.

Diante do quadro delineado, compreendo que o *fumus comissi delicti* restou devidamente comprovado. Além disso, o *periculum libertatis* sobejou demonstrado pois, conforme consignado na decisão que manteve a custódia cautelar, o *modus operandi* utilizado pelo Acusado, especialmente, o fato da empreitada criminosa haver ocorrido com concurso de pessoas, afinal, eram quatro assaltantes contra uma vítima, restrição momentânea da liberdade do Ofendido e o uso de uma faca, evidenciam a necessidade de se manter a segregação cautelar, com o fito de resguardar a ordem pública.

Dessarte, entendo que a prisão preventiva permanece como medida imperativa. Tal conclusão reflete a posição pacificada do colendo Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. A propósito:

[...]

Nessa análise liminar, autorizam a prisão preventiva as conclusões de que há gravidade concreta no delito praticado, decorrente de concurso de pessoas, da restrição momentânea de liberdade e do emprego de faca.

Além disso, eventuais condições subjetivas favoráveis não são impeditivas à

# *Superior Tribunal de Justiça*

decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na espécie, os requisitos autorizadores da referida segregação.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

